

» Entrevista | **DANIELA TEIXEIRA** | MINISTRA DO STJ

Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A.Press

**O que a instiga a trocar a paixão pela advocacia pela magistratura?**

Ontem (quinta-feira) eu entreguei a minha carteira na OAB DF. Estive lá por 15 anos. E fizeram uma cerimônia-surpresa, emocionante para mim. E eu disse isso lá: os meus sonhos, eu cumpri todos. Quando entrei na OAB, nós éramos cinco mulheres em 81 vagas de conselheiros federais. Saí da OAB deixando 41 homens e 41 mulheres. A paridade é obrigatória na OAB. Quando entrei na OAB, nós só tínhamos homens brancos, ricos e velhos. Não é um desrespeito quando eu digo isso, é uma realidade. A OAB era assim. Eu saí e deixei uma OAB muito diferente. Então fiquei com essa sensação de missão cumprida. O que eu fui fazer na OAB, eu fiz.

E no Poder Judiciário?

O Poder Judiciário me dá essa sensação de que estamos cem anos atrasados. Então eu vou para lá. Se eu vou conseguir isso, se eu não vou, daqui a 15 anos, vocês me entrevistam e eu digo se consegui alguma coisa. O que me move é tentar fazer alguma coisa de diferente. O Judiciário é a minha vida. Foi lá que eu atuei como advogada. Então é lá que eu quero ver as mudanças.

Recentemente uma advogada grávida pediu para suspender o julgamento, e o magistrado disse que gravidez não é doença. Trata-se de um confronto à Lei Júlia Matos, que surgiu de um episódio do qual a senhora foi protagonista. Esse problema ainda vai persistir?

Agora, usando a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), não posso me reportar a esse caso que ocorreu no Pará. Posso apenas dizer que o CNJ tomou providências energéticas, porque era uma decisão hoje absolutamente contra a lei. A lei permite, apoia e dá toda a condição para a advogada grávida pedir o adiamento do seu julgamento em razão do dia do parto. Mais do que o dia do parto, a lei permite a suspensão do processo por 30 dias. E essa lei leva o nome da minha filha. Foi uma situação idêntica. Eu pedi preferência e o magistrado não me deu. Eu fiquei aguardando durante seis horas e tive um parto prematuro. E então eu vi que isso era muito mais comum do que eu imaginava. Quando saí na imprensa o que havia acontecido comigo, as pessoas começaram a entrar em contato comigo dizendo: doutora, aconteceu comigo igual. Fizemos então esse projeto de lei.

E qual foi a reação?

Sabe o que tem de mais interessante? Foi quando fizemos o projeto de lei com o deputado Rogério Rosso. Levamos ao presidente nacional da OAB e ele disse: claro, Dani! Por que não pensamos nisso antes? Respondendo: ora, não pensamos nisso antes porque, em 80 anos, a OAB nunca foi presidida por uma mulher. Não pensamos nisso antes porque tínhamos só cinco conselheiras federais em 81 cargos. Não pensamos nisso antes porque o homem não engravida.

A senhora vai integrar uma turma criminal?

Na quinta-feira, foi definido. Eu vou para a 5ª Turma, que é de direito criminal. Mas é importante fazer essa ressalva. Eu assumo a vaga da aposentadoria do ministro Fischer (Felix Fischer), mas não o acervo do ministro. O acervo já havia sido repassado para outro ministro.

São muitos processos?

Me disseram que são 13 mil. Dá um certo desespero (risos). Mas vai dar.

A senhora é a primeira ministra brasileira no STJ. Como isso bate no emocional?

Estamos envelhecendo, os habitantes e a cidade. Nós temos agora o primeiro governador brasileiro, Ibaneis Rocha, e eu, a primeira ministra brasileira. A cada dia que passa vai ter mais brasileiros em cargos de comando. É uma emoção, sem dúvida. Fico muito feliz de representar nosso quadrado. Sou apaixonada por ipê, como todo brasileiro. Não vou reclamar da seca em agosto (risos). Estou literalmente em casa.

O garantismo nada mais é do que o juiz não ter vontade própria; não julgar pela capa do processo, pelo nome do réu. É o juiz se fixar no que diz a lei, independentemente do que quer ou não quer a opinião pública."**O ministro Rogério Schietti, que também é uma pessoa de Brasília embora não tenha nascido aqui, disse que se sente muito honrado de ajudar a formar a jurisprudência do Brasil. Até porque esse é o papel do STJ. Isso também, na sua visão, vai ser algo motivador?**

Com certeza. Fico feliz que você tenha trazido o ministro Schietti. Ele é o meu modelo de ministro. Quando olho para a corte e penso quem eu quero ser daqui a dez anos, eu digo: quero ser "Schietti". Para mim é um modelo de magistrado, de pessoa. E ele veio do Ministério Público. Quando perguntam se eu vou ser garantista porque sou advogada, eu respondo que o ministro mais garantista do tribunal, mais preocupado com os direitos individuais, com respeito à lei, é o ministro Schietti. O garantismo nada mais é do que o juiz não ter vontade própria; não julgar pela capa do processo, pelo nome do réu. É o juiz se fixar no que diz a lei, independentemente do que quer ou não quer a opinião pública. Então, eu realmente queria muito ser lembrada no futuro como alguém

que fez para o tribunal tudo o que o ministro Schietti fez.

Sobre a abordagem de suspeitos, ele tem uma visão de que ela precisa de ser muito bem justificada.

Isso já está julgado, então posso falar. É a questão do perfilamento racial. O suspeito, no nosso país, infelizmente, é o jovem negro da periferia. Uma pessoa branca correndo no Lago Sul está fazendo jogging. Ele não é abordado pela polícia. O Schietti teve a coragem de dizer isso, de falar que a invasão de domicílio em busca de provas tem que ser motivada. Não pode ser porque a pessoa mora na periferia, no morro. A pessoa, para ser abordada pela polícia, tem que realmente estar em atitude suspeita. Você não pode considerar suspeita uma parcela da população. É um excelente exemplo a ser seguido nesses casos.

Como a senhora vê o feminicídio? É uma questão da legislação, ou é preciso mudar a sociedade? Onde está a saída?

Isso eu também posso falar, porque é uma campanha do CNJ. Os níveis de feminicídio estão

envergonhando o Brasil. É algo que precisa de uma solução de todos: Executivo, Legislativo, Judiciário, escola, imprensa. O Correio Braziliense faz um papel fantástico na questão do feminicídio, de ouvir especialistas, de divulgar o que deve ser divulgado, que é especialmente o que acontece com aquela família. Depois, para que aquele homem que está pensando em fazer isso, ele tem um momento de lucidez, de saber a desgraça que vem em seguida.

O que fazer?

No Poder Judiciário, creio ser importante levar a ideia do aumento da pena, não do feminicídio. Porque, em grande parte das situações, esse homem mata a mulher e se suicida. O direito penal não alcança esse homem. Ele está morto. Não adianta eu aumentar essa pena. A pena que nós temos que levar a sério é a do primeiro tapa, que é a lesão corporal simples. Se José dá um tapa na sua esposa, Maria, na frente dos filhos no jantar, esse tapa vai virar um murro, vai gerar um chute, uma esganadura, um soco, um

tiro. Em quase todos os casos. É só uma questão de tempo. Não tem segunda chance.

Forma-se uma espiral de violência.

Estatisticamente, o homem não vai melhorar. Estatisticamente, essa relação não vai ser saudável. Então, qual é a pena que a gente precisa aumentar e cumprir? É a do tapa na violência doméstica, porque ela vai evoluir. É preciso que, desde o início, a polícia aja com seriedade. É preciso que o juiz aplique o rigor da lei. É preciso que esse homem use a sua torçãozeleira. É preciso que essa mulher tenha um botão do pânico para quando ele se aproximar. Ora, mas vai prender porque o homem gritou? Não, não vou prender. Mas o delegado pode ser um pouco mais incisivo. A audiência de custódia pode ser um pouco mais dura, e o juiz pode aplicar uma penalidade diversa e exigir que ele use a torçãozeleira. Nós temos que olhar, com o Judiciário, com maior rigor para o começo da escalada de violência contra a mulher, e não o fim. Tratar o fim não vai resolver nada.

Qual a sua opinião sobre a população carcerária do Brasil?

O Brasil só perde para a Indonésia em ritmo de aprisionamento. Nós vamos virar a década prendendo cada dia mais, e não resolve. Eu tenho essa firme convicção de que cadeia não reabilita ninguém. Fiz muita inspeção em presídios – na OAB, a gente chama de institutos. A gente prova comida, vê onde dorme, vê qual é o sistema de saúde que atende esse interno – a gente não chama de preso, a gente respeita a pessoa que está lá. A nossa Constituição não tem pena perpétua nem de morte. Cedo ou tarde a pessoa vai sair. E que pessoa a gente está colocando no sistema, na nossa sociedade?

O que precisa ser feito então?

Eu acredito muito nos mutirões do sistema carcerário. O ministro Gilmar (Mendes) fez, o ministro Lewandowski fez. Existem pessoas que estão presas lá, que já cumpriram a pena delas. Eu não estou nem falando: ah, vai soltar bandido. Não. Para o sistema penal, essa pessoa já cumpriu o que ela tinha para cumprir. Sou muito favorável a que a gente consiga tirar de lá de dentro quem já cumpriu sua pena e os presos provisórios. É um absurdo você saber que metade dos presos brasileiros nem sequer foram julgados. Em grande medida porque não têm advogado, não têm defensor público.

É preciso enxergar o problema de outra forma, então.

É preciso enfrentar essa questão no Brasil verdadeiramente, de aceitar que as pessoas que estão ali não são todas iguais. Não são todas que merecem estar ali. Muitas estão ali por falta de oportunidade de julgamento. Isso é muito vivo em quem frequenta estabelecimento prisional. Se você for realmente visitar um estabelecimento prisional, seus conceitos vão mudar. Quem acha que lá dentro só tem bandido e que todos deveriam eventualmente morrer, precisa ir a um estabelecimento prisional. Passar um dia lá. Vá com a sua igreja, vá com a universidade. Todas as universidades fazem serviços de assistência judiciária. Vá com a OAB, com a Vara de Execução Penal.

Desencarcerar é a solução?

Daria para mudar o sistema, como fizemos na época da pandemia. Veio essa determinação do CNJ de evitar ao máximo o encarceramento. Só quem realmente precisava ir preso podia ir preso, e quem não precisava estar lá podia pedir habeas corpus que ia sair, como de fato muita gente saiu. E a criminalidade no Brasil não aumentou, não aumentou nenhum crime, nem contra o patrimônio, nem contra a vida, com a libertação, ou a falta de prisão dessas pessoas. Ficou cientificamente comprovado: encarcerar pessoas não é a solução.

Por quê?

Você está criando um problema. Nós temos presídios que chegam a custar 7 mil reais/mês por interno. É um custo imenso para a sociedade, para gerar uma faculdade do crime. Quem entra ruim sai péssimo, quem entra péssimo sai pior ainda e quem entra, às vezes, é inocente. Nós tivemos há 15 dias a libertação de um jardineiro que ficou 15 anos preso e ele era inocente. Nós temos pessoas ali que, se tivessem tido acesso a um sistema de justiça justo, não estariam ali. É a questão, especialmente do tráfico de drogas, que o juiz determina qual é a quantidade que é considerada tráfico. E a gente vai parar novamente no perfilamento racial.

Qual é a relação entre prisão e racismo?

Um jovem branco numa festa no Lago Sul, portando 50 gramas de alguma substância entorpecente, não tem no Judiciário o tratamento que um jovem negro da periferia tem portando 50 gramas de maconha, que é a mais leve das drogas. Cientificamente, os dois encontram caminhos muito diferentes no Judiciário. Um como porte, outro como tráfico. Um vai preso, o outro não é nem admoestado na delegacia. Isso realmente precisa ser encarado pelo conjunto da sociedade. Eu recomendo a todos, antes de me xingarem nos comentários, que visitem um estabelecimento prisional.



Temos o primeiro governador brasileiro, Ibaneis Rocha, e eu, a primeira ministra. É uma emoção, sem dúvida. Fico muito feliz de representar nosso quadrado. Sou apaixonada por ipê, como todo brasileiro. Não vou reclamar da seca em agosto. Estou literalmente em casa."